DESENVOLVIMENTO RURAL A PARTIR DA INSERÇÃO EM MERCADOS AGROALIMENTARES

Rural development from the insertion in agricultural markets

Sinara Pizzi Martins[1]
Simone Bueno Camara[2]
Luciana Fagundes Christofari [3]
Adriano Lago[4]

RESUMO

As externalidades percebidas pelas tendências dos sistemas agroalimentares evidenciados atualmente, principalmente quanto à segurança e à soberania alimentar da população, têm pautado a importância dos mercados locais da agricultura familiar como alternativa para minimizar implicações sociais, econômicas e culturais de promoção ao desenvolvimento rural. Nesse sentido, esse estudo procura analisar as contribuições das agroindústrias familiares como estratégia de inserção de agricultores familiares no mercado, ofertando produtos processados de forma tradicional, mais saudáveis, sustentáveis e aliados a questões de segurança e soberania alimentar. Assim, os procedimentos metodológicos envolvem uma revisão sistemática de publicações existentes no meio acadêmico; contudo, procura-se ressaltar os diferentes contextos empíricos do estado do Rio Grande do Sul como um dos critérios de escolha dessas publicações. Além disso, apesar de esse estado ser caracterizado pela produção de *commodities* agrícolas, apresenta um número considerável de agroindústrias familiares. Os resultados demonstram que as agroindústrias familiares são utilizadas como uma estratégia de renda familiar – devido à insuficiência da renda agrícola desenvolvida na propriedade –, contribuem com a diversificação de atividades, minimizando riscos econômicos em contextos de vulnerabilidade, permitem a inclusão social das mulheres e utilizam práticas mais sustentáveis de produção.

Palavras-chave: Pluriatividade. Desenvolvimento Local. Soberania Alimentar.

[1] Economista. Mestranda em Agronegócios pela Universidade Federal de Santa Maria-UFSM.
[2] Economista. Mestranda em Agronegócios pela Universidade Federal de Santa Maria-UFSM.
[3] Doutora em Zootecnia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora no Programa de Pós-Graduação em Agronegócios e no curso de Zootecnia da Universidade Federal de Santa Maria - *Campus* de Palmeira das Missões.
[4] Doutorado em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor no Programa de Pós-Graduação em Agronegócios e no curso de Administração da Universidade Federal de Santa Maria - *Campus* de Palmeira das Missões.

ABSTRACT

The externalities perceived by the tendencies of the agrifood systems evidenced today, mainly regarding the security and food sovereignty of the population, have guided the importance of local markets for family farming as an alternative to minimize social, economic and cultural implications of promoting rural development. In this sense, this study seeks to analyze the contributions of family agro-industries as a strategy for inserting family farmers into the market, offering products processed in a traditional way, which are healthier, more sustainable and combined with issues of food security and sovereignty. Thus, the methodological procedures involve a systematic review of publications existing in academia; however, it seeks to emphasize the different empirical contexts of the state of Rio Grande do Sul as one of the criteria for choosing these publications. In addition, although this state characterized by the production of agricultural commodities, it has a considerable number of family agro-industries. The results demonstrate that family agribusinesses used as a family income strategy - due to the insufficiency of agricultural income developed on the property -, they contribute to the diversification of activities, minimizing economic risks in contexts of vulnerability, allowing the social inclusion of women and using more sustainable production practices.

Keywords: Pluriactivity. Local Development. Food Sovereignty.

1. INTRODUÇÃO

Os avanços dos processos e das mudanças na agricultura – caracterizada cada vez mais pelos mercados de *commodities* agrícolas – têm gerado uma série de discussões no que se refere ao modo como os sistemas agroalimentares estão organizados. Entre essas discussões, não estão somente as questões sobre como aumentar a oferta de alimentos a uma população mundial crescente, mas, principalmente, sobre como garantir a segurança e a soberania alimentar dessas populações e diminuir implicações sociais, econômicas e ambientais que o sistema agroalimentar atual tem gerado.

Dessa maneira, estudos têm demonstrado a importância do desenvolvimento de novos mercados caracterizados por iniciativas locais de agricultores familiares que preservam os hábitos e as práticas de consumo – sem desconsiderar as contribuições dos mercados globais de *commodities* agrícolas na produção e oferta de alimentos (MEIRELLES, 2004; ESTEVAM; RONÇANI, 2012; RIBEIRO; JAIME; VENTURA, 2017). Assim, a agricultura familiar passa a constituir uma estratégia de desenvolvimento local, aliada às questões de segurança e de soberania alimentar, pela produção de alimentos tradicionais mais

saudáveis e sustentáveis que valoriza aspectos sociais e culturais dos espaços territoriais em que está inserida (MALUF, 2004; MATEI; SILVA, 2015).

A maior valorização dos produtos da agricultura familiar é um fator essencial na sua inserção em diferentes mercados, garantindo renda e emprego aos agricultores, permanência no meio rural e reprodução socioeconômica do grupo familiar (MIOR, 2005; PREZOTTO, 2016). De modo geral, esses fatores tendem a reduzir índices de pobreza no campo, minimizam as migrações aos centros urbanos e incentivam a sucessão familiar, uma vez que os filhos terão mais interesse pela atividade desenvolvida pela família (AGNE; WAQUIL, 2011; BORTOLUZZI, 2013; FERNANDES; ENGEL, 2016).

As agroindústrias familiares de processamento e beneficiamento de produtos produzidos dentro da propriedade rural têm sido uma das alternativas de inovação produtiva que agricultores familiares têm utilizado para se inserir em mercados cada vez mais competitivos (WESZ JUNIOR; TRENTIN; FILLIPI, 2009; NIERDERLE; WESZ JUNIOR, 2009). O processo de agroindustrialização de produtos oriundos da agricultura familiar tem contribuído com agregação de valor dos produtos locais e valorização de aspectos tradicionais, culturais e de hábitos alimentares (NIERDERLE; WESZ JUNIOR, 2009).

No Brasil, as atividades voltadas à agroindustrialização têm se tornado mais expressivas nos últimos anos, principalmente no estado do Rio Grande do Sul (EMATER/RS, 2019). Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, o número de estabelecimentos agropecuários que realizava essa atividade no estado era de 82.220 unidades – 36,8% dessas propriedades afirmaram possuir renda com a atividade desenvolvida (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2006).

Atualmente, o número de agroindústrias familiares divulgado no último relatório da Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR) de outubro de 2018 é de 4.429 unidades. Esse número caracteriza somente as agroindústrias que são regularizadas, possuem selo de certificação e estão incluídas no Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF) (SDR, 2018).

Assim, este artigo procura analisar as contribuições das agroindústrias familiares como estratégia de inserção de

agricultores familiares em mercados agroalimentares. Para isso, procura evidenciar os diferentes contextos empíricos do estado do Rio Grande do Sul por meio de uma análise sistemática de publicações existentes no meio acadêmico que enfatizam a sua importância.

Por conseguinte, o trabalho está dividido em cinco seções, além desta introdução. A segunda seção envolve o referencial bibliográfico, com ênfase nas discussões em torno das tendências mundiais dos sistemas agroalimentares e as preocupações sobre a segurança e a soberania alimentar, e busca destacar a importância da agricultura familiar como produtora de alimentos e as contribuições das agroindústrias familiares como estratégia de inserção de agricultores familiares nos mercados; a terceira seção apresenta os materiais e métodos utilizados; a quarta, os resultados e discussões sistematizados a partir de uma ampla base na pesquisa bibliográfica de publicações relacionadas ao tema; e a quinta seção, por fim, envolve as considerações finais e as referências bibliográficas.

2. TENDÊNCIAS DOS SISTEMAS AGROALIMENTARES E A INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NOS MERCADOS

O mercado de *commodities* agrícolas tem sido referência na produção e na oferta de alimentos que sustentam as demandas da população mundial. Esse potencial está atrelado ao crescimento e ao aprimoramento tecnológico, que permitiram aumentar a produtividade e melhorar os sistemas de distribuição e armazenamento (diminuindo desperdícios e perdas) na agricultura, bem como aumentar as escalas de produção das indústrias alimentícias, que passaram a reduzir os custos de produção e a ofertar produtos com preços menores (MACHADO; OLIVEIRA; MENDES, 2016).

Esses fatores foram primordiais para as mudanças dos sistemas agroalimentares mundiais, principalmente nos anos 1980, com a redução da oferta de alimentos produzidos de forma tradicional para o aumento de produtos processados e ultraprocessados (MONTEIRO et al., 2013). Nesse cenário, também ocorreu rápida expansão dos supermercados como agentes responsáveis pela distribuição desses produtos, regulados por

organizações multinacionais que passaram a dominar os sistemas agroalimentares, assim como os insumos necessários à produção agropecuária (MACHADO; OLIVEIRA; MENDES, 2016; BOLTER; HAAS, 2017).

Contudo, apesar dos avanços presenciados nos últimos anos, na agricultura, há uma forte preocupação em suprir a demanda por alimentos em longo prazo pelo rápido crescimento populacional mundial e pela escassez dos recursos naturais (CHONCHOL, 2005; SAATH; FACHINELLO, 2018). Segundo dados do relatório *The future of food and agriculture: Trends and challenges*, da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2017), espera-se que a população mundial tenha um crescimento de aproximadamente 28% do ano de 2018 até 2050, ou seja, de 7,6 para 9,8 bilhões de pessoas.

Além disso, estima-se que o aumento populacional será alavancado pelo aumento da população urbana em 58,29% para esse mesmo período, superior a 48,09% da população rural mundial (FAO, 2017). Esse crescimento será mais evidente em países localizados nos continentes asiático e africano, que somam aproximadamente 90% do aumento populacional urbano estimado até o ano de 2050 (FAO, 2017).

Além do aumento da população urbana, também deverá ocorrer um crescimento da renda *per capita* em longo prazo, principalmente em países em desenvolvimento, fator que contribui com as mudanças do comportamento de consumo da população, que passa a demandar menos cereais e mais carnes, frutas e legumes (FAO, 2017; SAATH; FACHINELLO, 2018). O novo padrão de consumo terá como resultados uma maior pressão sobre o perfil de produção agrícola e, consequentemente, sobre os recursos naturais, tais como terra e água (SAUER; LEITE, 2012).

Esses dois últimos fatores (terra e água) já estão sendo alvo de disputas entre os países, principalmente naqueles que apresentam maior projeção populacional, pouca extensão de terras agricultáveis e recursos naturais (SAUER; LEITE, 2012; SAATH; FACHINELLO, 2018). Esse fenômeno tem sido caracterizado pela "apropriação de terras", ou "*land grabbing*", em que "países 'ricos financeiramente e pobres em recursos' estão procurando países 'financeiramente pobres e ricos em recursos' para ajudar a garantir suas próprias necessidades de alimentos e especialmente energia no

futuro" (BORRAS JÚNIOR; FRANCO, 2012, p. 37).

Por outro lado, evidenciam-se, também, questões relacionadas à segurança e à soberania alimentar que envolvem o acesso de alimentos de qualidade e em quantidades suficientes (MEIRELLES, 2004; LOUZADA et al., 2015). Segundo os dados publicados no relatório *The state of food security and nutrition in the world* (FAO, 2017), mais de 825 milhões de pessoas enfrentam problemas de desnutrição ou insuficiência de acesso a alimentos e, ao mesmo tempo, aproximadamente 700 milhões de pessoas convivem com problemas de obesidade, anemias ou outras doenças em função do maior consumo de produtos processados e ultraprocessados, característica do próprio modo de vida cada vez mais modernizado.

Esses fatos são evidenciados na forma como são organizados os sistemas agroalimentares de produção quanto a disponibilidade, preços e qualidade dos produtos, que refletem diretamente nos padrões de desenvolvimento dos países e nos índices sociais, econômicos e ambientais (MALUF, 2004). Nesse sentido, a ideia de soberania alimentar das populações influencia novos modelos de mercado baseados em iniciativas locais, de valorização e preservação de hábitos e práticas ligadas ao território que permitem o acesso e a produção de alimentos mais saudáveis e sustentáveis (ESTEVAM; RONÇANI, 2012).

Dessa forma, o aumento populacional, as alterações no padrão de consumo, a forte pressão sobre os recursos naturais e, principalmente, as questões de segurança e soberania alimentar têm pressionado o Estado a exercer papel estratégico na melhor articulação entre a agricultura e os sistemas agroalimentares existentes. Entre essas estratégias, estão o desenvolvimento de programas e políticas de incentivo à produção da agricultura familiar e a sua inserção nos mercados, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre outros (PREZOTTO, 2016).

Segundo Brose (1999), a atuação do Estado é fundamental para assegurar os agricultores familiares diante das adversidades do mercado e, assim, promover o desenvolvimento local por meio de políticas e programas públicos. Para o autor, "se deixada à própria sorte frente às forças de mercado, a agricultura

familiar se transforma em alvo fácil de monopólios e intermediários que se apropriam do valor agregado da produção" (BROSE, 1999, p. 58). Assim, os programas e as políticas de incentivo à agricultura familiar têm como objetivo fortalecer as distintas iniciativas dos agricultores familiares, como práticas e técnicas produtivas, de inovação tecnológica, entre outras, por meio da concessão de créditos, apoio à comercialização, à criação de selos de qualidade, à legalização de unidades produtivas, etc. (WAQUIL et al., 2014).

Portanto, a agricultura familiar desempenha papel fundamental no fornecimento de alimentos de qualidade engajados com preocupações sociais, econômicas e ambientais (PREZOTTO, 2016). A valorização da produção artesanal e tradicional dos produtos oriundos da agricultura familiar também contribui com o desenvolvimento das economias locais em função da inserção dos agricultores nos mercados, da geração de renda familiar e da preservação cultural, de hábitos e de costumes locais (PREZOTTO, 2016). Assim, o incentivo às práticas de agroindustrialização na agricultura familiar, por exemplo, tem sido uma das estratégias de inserção dos agricultores familiares nos mercados e nas "novas redes agroalimentares alternativas" (AGNE; WAQUIL, 2011).

2.1 Agroindústrias familiares

A agroindústria familiar é uma das alternativas que os agricultores utilizam para comercializar seus produtos e se inserir em mercados cada vez mais competitivos. São espaços físicos definidos por um conjunto de:

> [...] atividades de transformação e beneficiamento de produtos agropecuários de origem animal ou vegetal, que são realizadas em instalações próprias, comunitárias ou de terceiros, a partir de matéria-prima produzida no próprio estabelecimento agropecuário ou adquirida de outros produtores, desde que a destinação final do produto tivesse sido dada pelo produtor (IBGE, 2006, p. 62).

Dessa forma, as agroindústrias vêm sendo incorporadas pelos agricultores como uma estratégia de reprodução socioeconômica familiar na medida em que agregam valor a seus produtos pelo processamento tradicional e artesanal, aumentando a autonomia da família em relação aos agentes externos e reduzindo intermediários ao longo da cadeia produtiva (MALUF, 2004). Isso permite que o agricultor, além de processar, possa

comercializar seus produtos diretamente ao consumidor final (GNOATTO et al., 2004; MALUF, 2004). Além disso, também contribui com a diversificação das atividades produtivas na propriedade, reduzindo os riscos relacionados à sazonalidade de receitas, o que garante maior estabilidade e segurança à unidade familiar em situações adversas (WESZ JUNIOR; TRENTIN; FILLIPI, 2009; AGNE; WAQUIL, 2011).

Assim, o processo de agroindustrialização é uma forma de desenvolvimento local e regional, uma vez que seus produtos são produzidos e processados dentro da unidade familiar e no contexto local (WESZ JUNIOR; TRENTIN; FILLIPI, 2009). Mais do que práticas mercantis, constituem a base de autonomia cultural e política dos agricultores familiares pela sua inserção no mercado e pela oferta de produtos mais saudáveis e agroecológicos de forma a atender as novas demandas dos consumidores, contribuindo com a segurança alimentar (NIERDERLE; WESZ JUNIOR, 2009).

A agroindustrialização como processo de organização familiar também oportuniza "a inclusão social, promovendo a participação e a equidade, especialmente de segmentos menos privilegiados como, por exemplo, as mulheres, os (as) idosos (as) e os(as) jovens" (PREZOTTO, 2016, p. 10). Sua importância como alternativa de renda complementar contribui com a permanência dos jovens no campo, promovendo a sucessão do grupo familiar (GAZOLLA; PELEGRINI, 2011; GOMES; SCHMIDT, 2014).

Segundo os estudos de Gazolla e Pelegrini (2011), o surgimento das agroindústrias conta com experiências e conhecimentos das famílias rurais em 61,32% dos casos, assim como o interesse dos agricultores rurais em propor uma nova atividade. O desenvolvimento dessas práticas vem, ao longo do tempo, adequando e melhorando a forma de produzir, sendo uma alternativa de solução para os problemas enfrentados pela propriedade, como baixa produtividade agrícola, dificuldades econômicas, migração dos filhos para a cidade, entre outros (GAZOLLA; PELEGRINI, 2011).

Além disso, a industrialização de produtos agropecuários praticada na maioria das unidades familiares, mesmo que não comercializada, não é uma novidade, mas, sim, constitui um *habitus* familiar que perpassa gerações. Segundo Prezotto (2002), a transformação dos produtos já faz parte da história e da cultura das famílias, que tinham como principal

objetivo o consumo familiar e em que somente o excedente dessa produção era comercializado em mercados locais. Exemplos desses produtos são citados pelo autor, como a elaboração de geleias a partir das frutas existentes nas propriedades (uva, pêssego, laranja, morango, etc.), de conservas e da fabricação de salames e queijos, entre outros (PREZOTTO, 2002).

Portanto, as agroindústrias familiares são uma das diversas alternativas que os agricultores familiares utilizam como forma de reprodução socioeconômica no meio rural. Assim, são atividades que complementam a renda familiar, agregam valor aos seus produtos, diversificam as atividades desenvolvidas na propriedade, contribuem com a inserção dos agricultores nos mercados, auxiliam nos processos de sucessão familiar, melhoram os padrões de vida das famílias e ofertam produtos mais saudáveis, colaborando com o desenvolvimento local e com a soberania e a segurança alimentar.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo tem por finalidade analisar as contribuições das agroindústrias familiares como estratégia de inserção de agricultores familiares em mercados agroalimentares. Classifica-se, portanto, como uma pesquisa qualitativa como forma de abordagem do problema de pesquisa, procurando compreender e explicar o contexto e a dinâmica das relações sociais do objeto, e como uma pesquisa exploratória quanto aos objetivos e levantamento de informações mais aprofundadas (RAMOS, 2009; GERHARDT; SILVEIRA, 2009; PRODANOV; FREITAS, 2013).

No que concerne aos procedimentos técnicos de coleta de dados, este estudo é classificado como uma pesquisa bibliográfica, já que buscou reunir um conjunto de artigos científicos que discutem questões relacionadas aos sistemas agroalimentares existentes, à inserção da agricultura familiar nos mercados e às agroindústrias familiares. O recorte analítico envolveu estudos a campo desenvolvidos em diferentes contextos empíricos do estado do Rio Grande do Sul, que se caracteriza por fortes expressões da modernização da agricultura e que apresenta, atualmente, número considerável

de agroindústrias familiares formalizadas (4.429 agroindústrias)[5].

Nesse sentido, foram utilizadas diferentes bases acadêmicas para a busca das publicações: Scopus (Elsevier), Scielo, Google Acadêmico e Web of Science. Dos resultados encontrados, foram selecionados 14 artigos para análise conforme os critérios de seleção: estudos desenvolvidos no estado do Rio Grande do Sul; apresentar, no título, no resumo e nas palavras-chave, o termo "agroindústria familiar"; e ser classificado como artigo científico publicado tanto em revistas como em anais de eventos científicos (artigo completo) (Quadro 1).

Quadro 1 – Estudos empíricos realizados em diferentes regiões do estado do Rio Grande do Sul sobre agroindústrias familiares até o momento

Autores e ano de publicação	**Contexto empírico de pesquisa**	**Número de agroindústrias**	**Local da publicação**
Gazolla e Pelegrini (2008)	Médio Alto Uruguai	106	Estudos Sociedade e Agricultura
Wesz Júnior (2009)	Região Noroeste	45	Mundo Agrário
Sulzbacher e David (2009)	Chapada	2	GEOSUL
Niederle e Wesz Júnior (2009)	Região das Missões	43	REDES
Marin e Trentin (2010)	Campinas do Sul	17	PERSPECTIVA
Agne e Waquil (2011)	Corede Jacuí Centro	41	REDES
Matei e Silva (2015)	Serra Gaúcha	10	IDEAS
Damke et al. (2017)	Rio Grande do Sul	128	Anais de Evento
Depont e Albarello (2017)	Médio Alto Uruguai	15	Espacios
Bianchini, Arend e Karnopp (2017)	Quarta Colônia de Imigração Italiana	20	Anais de Evento
Ferreira et al. (2017)	Cachoeira do Sul	5	Anais de Evento
Foguesatto e Machado (2017)	Rio Grande do Sul	72	Desenvolvimento em Questão
Gomes et al. (2017)	São Lourenço do Sul	10	AGROPAMPA
Fernandes e Bamberg (2018)	Cerro Largo	4	Anais de Evento

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

[5] Conforme dados do último relatório da Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR) de outubro de 2018. Esse número caracteriza as agroindústrias que são regularizadas, possuem selo de certificação e estão incluídas no Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF) (SDR, 2018).

O método de análise de dados consistiu na utilização da análise sistemática, que "propõe uma reconstrução do percurso conceitual e metodológico na escolha de fontes bibliográficas" e utiliza métodos mais complexos na avaliação de produções científicas, seja de análise crítica e/ou sistêmica (CASSUNDÉ; BARBOSA; MENDONÇA, 2018, p. 318). Além disso, também foi utilizada a análise descritiva, que consiste em "organizar, resumir e descrever os aspectos importantes de um conjunto de características observadas ou comparar tais características entre dois ou mais conjuntos" (REIS, E.; REIS, I., 2002).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, serão apresentados os principais resultados observados a partir da análise dos 14 artigos científicos selecionados, enfocando os diferentes contextos empíricos do estado do Rio Grande do Sul, em que se envolveu um conjunto amostral total de 518 agroindústrias familiares. Dessa forma, em um primeiro momento, procura-se evidenciar as principais características das agroindústrias familiares para, depois, elencar suas contribuições nos âmbitos econômico, social, cultural e ambiental.

4.1 Perfil das agroindústrias familiares

Os estudos selecionados sobre as agroindústrias familiares condicionam uma série de características que permitem identificá-las no contexto empírico local, composto por aspectos culturais, sociais e econômicos próprios. Dessa maneira, como forma de sistematizar as informações importantes para analisar o perfil dessas agroindústrias familiares, apenas alguns fatores serão destacados, como: a origem dessas agroindústrias, a origem da matéria-prima, a organização da mão de obra e as formas de comercialização (canais de venda) dos produtos.

4.2 Origem das agroindústrias familiares

As origens das agroindústrias familiares advêm de vários aspectos relacionados aos agricultores familiares, suas motivações e experiências de como produzir e se organizar no meio rural. Segundo o estudo de Gazolla e Pelegrini (2008) com 106 agroindústrias familiares do Médio Alto Uruguai, 33,02% das agroindústrias entrevistadas têm sua origem na tradição familiar e nos conhecimentos passados de geração em geração no interior

da unidade. Outras 23,58% das agroindústrias foram criadas por meio de incentivos de organizações e instituições locais (Emater, sindicatos e prefeitura). No mesmo viés, 29,25% tiveram sua origem em fatores variados, como interesse dos gestores em aumentar a renda do grupo familiar e o desejo de alguns em participar das feiras municipais.

Alguns desses fatores também podem ser observados nos estudos de Marin e Trentin (2010), Agne e Waquil (2011), Foguesatto e Machado (2017), Bianchini, Arend e Karnopp (2017) e Fernandes e Bamberg (2018). Esses estudos enfatizam que, entre as motivações para o desenvolvimento das atividades agroindustriais pelos agricultores, estão: as oportunidades de renda e de comercialização (pela insatisfação da renda somente adquirida das atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade), a cultura familiar herdada, os incentivos institucionais, a percepção da valorização dos nichos de mercado (produtos orgânicos) e o fato de a família já possuir na propriedade os insumos necessários ao processamento (matéria-prima).

Os incentivos institucionais foram extremamente importantes, principalmente, na constituição das agroindústrias de Campinas do Sul (MARIN; TRENTIN, 2010). Segundo os autores, em entrevista ao extensionista da Emater do município, todas as agroindústrias estão enquadradas no Programa de Desenvolvimento do Meio Rural de Campinas do Sul, cujo objetivo é diversificar a rendas dos agricultores familiares. Por meio do programa, em conjunto com outras associações, como a Agência de Apoio ao Empreendedor e Pequeno Empresário (SEBRAI/Erechim), a Emater e o Serviço de Vigilância Sanitária do município, os agricultores obtiveram acesso a capacitações, visitas técnicas e acompanhamento de suas atividades agroindustriais (MARIN; TRENTIN, 2010).

4.2.1 Origem da matéria-prima

A origem da matéria-prima utilizada pelas agroindústrias familiares é enfatizada nos estudos de Gazolla e Pelegrini (2008), Marin e Trentin (2010), Depont e Albarello (2017), Gomes et al. (2017), Bianchini, Arend e Karnopp (2017) e Damke et al. (2017) – a matéria-prima é produzida na própria propriedade familiar e/ou adquirida parcialmente ou totalmente (em alguns dos casos) de outras fontes, como supermercados, cooperativas, bem como de outros agricultores familiares.

Segundo os estudos de Bianchini, Arend e Karnopp (2017, p. 10), realizados

com 20 agroindústrias familiares da Quarta Colônia da Imigração Italiana, observam-se três modos diferentes a partir dos quais os agricultores familiares dessa região obtêm sua matéria-prima para a produção na agroindústria:

> [...] aqueles que possuem produção própria de monocultura e a utilizam na agroindústria, aqueles que aproveitam a oportunidade de matéria prima do local de moradia e aqueles que aproveitam a matéria prima do campo da família sem que tenham envolvimento direto no plantio e somente no processamento desse insumo.

Além disso, a alternativa de produzir a própria matéria-prima na propriedade familiar foi um dos principais motivos de abertura de uma das agroindústrias pesquisadas por esses autores. Esse fato evidencia uma das principais finalidades das agroindústrias familiares, que é o beneficiamento e a agregação da produção agropecuária dentro da própria propriedade familiar (BIANCHINI; AREND; KARNOPP, 2017).

Já com base nos estudos de Damke et al. (2017), 25% dos agricultores entrevistados em sua pesquisa afirmaram conseguir produzir 100% da matéria-prima na própria propriedade. Entretanto, 84% dos agricultores restantes compram parcialmente ou totalmente a matéria-prima para o processamento do mercado ou dos agricultores vizinhos, pois, somente com a produção na propriedade, não conseguem suprir as demandas da agroindústria ou, muitas vezes, os agricultores não têm especialização para a produção de determinado produto utilizado para a fabricação (como os fermentos químicos na produção de panificados) e devem comprá-lo no mercado (DAMKE et al., 2017).

Contudo, a maior dependência aos mercados acaba produzindo um contexto mais vulnerável aos agricultores. Esse fato é destacado nos estudos de Gazolla e Pelegrini (2008), que apontam que, quanto maior for a necessidade de recorrência aos mercados para a aquisição de matéria-prima, menor é a autonomia dos agricultores diante desses mercados e maiores serão os riscos associados.

4.2.2. Organização da mão de obra

A principal forma de organização da mão de obra das agroindústrias familiares destacada pela maioria dos estudos em análise é a do grupo familiar. Contudo, alguns desses estudos corroboram que algumas das agroindústrias familiares recorrem à contratação de mão de obra externa temporária ou permanente, o que é condicionado pelos altos níveis de produção e processamento, pelas épocas de colheita

da matéria-prima, pelo fato de a família ser reduzida e não conseguir realizar todas as atividades necessárias, entre outros fatores.

A mão de obra contratada pelas agroindústrias familiares é enfatizada, principalmente, pelos estudos de Damke et al. (2017) e Foguesatto e Machado (2017). No trabalho de Damke et al. (2017), 38,28% das 128 agroindústrias pesquisadas pelos autores contratam mão de obra, e o número de pessoas contratadas varia de uma a doze pessoas. Já Foguesatto e Machado (2017) colocam que 37,5% das 72 agroindústrias familiares contratam mão de obra externa permanente, e que quatro dessas agroindústrias contratam somente nos períodos de colheitas da matéria-prima.

Nesse sentido, as agroindústrias familiares têm gerado muitas ocupações no meio rural, tanto no cultivo da matéria-prima quanto no processamento e na comercialização do produto final. Essas ocupações envolvem tanto pessoas que constituem o grupo familiar quanto pessoas externas à propriedade rural, como, por exemplo, vizinhos. Entretanto, a contratação de mão de obra externa depende do tipo de produto a ser transformado, do tamanho da propriedade, da capacidade de produção da agroindústria e do seu nível tecnológico (WESZ JÚNIOR; TRENTIN; FILIPPI, 2009).

Esses fatores geralmente estão associados a agroindústrias familiares de médio e grande porte, como pode ser visto nos estudos de Sulzbacher e David (2009). Os autores ressaltam que, em uma das agroindústrias pesquisadas, a força de trabalho é constituída por mão de obra familiar ou de parentes mais próximos à família. Contudo, em períodos eventuais, como os de muita produção, sentem a necessidade de contratar mão de obra externa, mas não o fazem pela falta de condições de remunerá-la (SULZBACHER; DAVID, 2009).

4.2.3 Canais de comercialização

Entre os principais canais de comercialização utilizados pelas agroindústrias e apontados pelos os estudos, estão as vendas diretas aos consumidores na própria agroindústria, a domicílio ou em feiras de agricultores. Segundo Agne e Waquil (2011), a comercialização direta com o consumidor é a forma mais utilizada pelos agricultores – das 41 agroindústrias pesquisadas em seu estudo, 27 (65,9%) utilizam esse canal para comercializar seus produtos.

Nesse contexto, o contato direto com os consumidores permite que os agricultores mantenham laços de confiança e de proximidade, fatores característicos

das cadeias agroalimentares curtas, e, ao mesmo tempo, possibilita aos consumidores mais conhecimento sobre o modo como determinado produto foi produzido (MATEI; SILVA, 2015). Segundo uma entrevista realizada pelos autores, o contato direto com os consumidores permite, ainda, ideias de fabricação de novos produtos mais direcionados aos gostos e hábitos de consumo dos consumidores de determinada região (MATEI; SILVA, 2015).

No trabalho de Gomes et al. (2017), 90% dos agricultores familiares entrevistados do município de São Lourenço do Sul afirmaram que iniciaram suas atividades na informalidade, comercializando seus produtos com vizinhos, na comunidade local e com parentes, constituindo, assim, seus mercados. Depois, foram migrando para eventos informais, como feiras de produtores e festas, até atingirem canais mais longos de comercialização, como os supermercados. Portanto, esses agricultores construíram seus mercados por meio da reputação e da qualidade de seus produtos e mediante a confiança do consumidor local (GOMES et al., 2017).

Ferreira et al. (2017) discutem sobre os espaços de comercialização, nos quais, entre as feiras das quais os agricultores do seu estudo participam, estão a Expoagro e a Expointer, grandes eventos da região. Além disso, também destacam a importância dos canais de comercialização criados pelo governo, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Além desses, existem os canais convencionais, compostos por supermercados, padarias, restaurantes, sorveterias, vendas para atacado, entre outros (MATEI; SILVA, 2015; FERREIRA et al., 2017; DEPONT; ALBARELLO, 2017).

4.3 Contribuições das agroindústrias familiares

As agroindústrias familiares têm contribuído de várias formas ao desenvolvimento rural pela reprodução das formas familiares de produção. Nesse sentido, nesta seção, são discutidas algumas dessas contribuições, como o desenvolvimento econômico e produtivo das propriedades familiares, a inclusão social e a sucessão familiar, bem como a valorização das tradições e dos hábitos de consumos locais e de práticas mais sustentáveis de produção.

4.3.1 Econômica e produtiva

As agroindústrias familiares são caracterizadas pela maioria dos estudos selecionados como uma alternativa de geração de renda complementar, pelo

emprego da mão de obra familiar, por maior autonomia das famílias, pela inserção dos agricultores nos mercados e maior ampliação das relações sociais e culturais, pela produção de produtos tradicionais locais e pela venda direta desses produtos aos consumidores.

Segundo estudos de Niederle e Wesz Júnior (2009), a agroindústria familiar possui grande relevância econômica entre as propriedades entrevistadas. A renda das atividades da agroindústria representa mais de 50% do total de renda produzida na propriedade – o restante é composto por 17,9% da renda de atividades agrícolas, 16% de aposentadorias ou pensões e 11,4% de outras fontes de renda, inclusive não agrícolas.

Esse fato também pode ser evidenciado em estudos anteriores, como o de Gazolla e Pelegrini (2008), que afirmam que os níveis de renda das atividades das agroindústrias pesquisadas apresentam altos níveis, permitindo a sua sustentação e a sua viabilidade. Os autores destacam que 41,5% das agroindústrias apresentam rendimentos de R$ 5.000,00 a R$ 15.000,00, outros 20,8% possuem rendimentos acima de R$ 15.000,00 e apenas 17% apresentam rendimentos inferiores a R$ 5.000,00 (GAZOLLA; PELEGRINI, 2008).

As agroindústrias familiares também contribuem com a diversificação das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares. Segundo Wesz Júnior (2009), os agricultores familiares desenvolvem outras atividades além das voltadas aos processos de agroindustrialização, no que se encontra a produção agropecuária, como milho, soja, bovinos, aves, suínos, mandioca, feijão, entre outros, e o cultivo de hortas e pomares. Essas atividades estão ligadas tanto ao autoconsumo do grupo familiar como à comercialização, que, juntamente com as atividades de agroindustrialização, agregam mais autonomia à família em contextos de vulnerabilidade, sejam eles econômicos, sociais, produtivos ou políticos (WESZ JÚNIOR, 2009; SULZBACHER; DAVID, 2009).

Outra característica destacada pelos estudos é a diversificação de produtos processados pela agroindústria familiar, o que possibilita aos agricultores uma margem maior de lucros. Segundo Wesz Júnior (2009), em estudo com 45 agroindústrias processadoras de cana-de-açúcar na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, apesar de o melado ser o principal produto produzido (em 78% das agroindústrias pesquisadas), alguns agricultores também produzem açúcar

mascavo, rapaduras, cachaças e licores, fato condicionado pela própria matéria-prima, que permite a produção de outros produtos sem muitas alterações na mão de obra e no processo de produção (WESZ JÚNIOR, 2009).

A diversidade dos produtos produzidos pelas agroindústrias também é observada nos estudos de Damke et al. (2017) e composta pela oferta de geleias, doces, pães, cucas, frutas, biscoitos, entre outros. Além disso, 44% dos gestores das agroindústrias analisadas pelos autores afirmaram produzir produtos e/ou utilizar práticas de processamentos inovadoras, como cerveja artesanal orgânica, salames sem gordura, geleias de erva-mate, cervejas de mel, entre outros.

Além disso, Foguesatto e Machado (2017) mostraram que 87% dos entrevistados em sua pesquisa relataram que as atividades na agroindústria evoluíram desde o momento de sua criação. Entre os aspectos citados como parte dessa evolução, está o aumento da produção, a aquisição de equipamentos, um maior aumento da demanda, a obtenção de selos de qualidade e a percepção de produtos orgânicos, que aumentaram as vendas, a inovação produtiva e a diversificação de produtos, entre outros (FOGUESATTO; MACHADO, 2017).

4.3.2 Inclusão social e sucessão familiar

As agroindústrias familiares também contribuem com a inclusão social tanto de jovens e mulheres do meio rural. Conforme Wesz Júnior (2009), as mulheres desempenham papel fundamental no desenvolvimento das atividades das agroindústrias familiares. Em seu estudo, o autor aponta que as mulheres participam de todas as atividades desenvolvidas na agroindústria, desde o processamento da matéria-prima até as atividades de embalagem e comercialização do produto final, sendo essas últimas mais intensivas. Nesse caso, o autor destaca que os homens, além de ajudarem nessas atividades, ficam responsáveis mais diretamente pelo cultivo da matéria-prima e das outras atividades da propriedade (WESZ JÚNIOR, 2009).

Esses aspectos de participação da mulher nas atividades das agroindústrias familiares também podem ser vistos nos estudos de Sulzbacher e David (2009), com duas agroindústrias familiares (uma individual e outra coletiva, com 11 famílias) da região de Chapada/RS. Segundo os autores, na agroindústria individual, a participação da mulher é fundamental na tomada de decisões do processo de produção, mas as atividades relacionadas a administração da agroindústria, venda e comercialização dos produtos são de

responsabilidade do homem (SULZBACHER; DAVID, 2009). Esse fato não é muito diferente da realidade da agroindústria coletiva, em que o papel da mulher é fundamental no processamento (descasque da mandioca). Entretanto, sua participação diminui no contexto de reuniões e assembleias realizadas para tratar de assuntos relativos à agroindústria, às quais qual não se sentem convidadas e não têm motivação em participar (SULZBACHER; DAVID, 2009).

Diferentemente desse contexto, os estudos de Gomes et al. (2017), realizado em dez agroindústrias familiares do município de São Lourenço do Sul, evidenciam que 70% delas são geridas por mulheres, que se encontram entre idade de 30 a 65 anos, e o restante é gerido pelos homens, mas com uma idade mais avançada, entre 55 e 74 anos – nesse caso, alguns já são aposentados. Segundo os autores, esse fato destaca o empoderamento das mulheres na realização de atividades não agrícolas, como as agroindústrias familiares, na busca por oportunidades de trabalho e renda no meio rural.

O empoderamento das mulheres também é percebido nos estudos de Ferreira et al. (2017), que analisaram cinco agroindústrias familiares de Cachoeira do Sul/RS. Uma dessas agroindústrias se caracteriza pelo empreendimento de um grupo de sete mulheres agricultoras familiares. Os principais produtos processados são os panificados, como pães, biscoitos, bolachas, entre outros, que comercializam diretamente com os consumidores por meio da venda direta e por feiras municipais. Para os autores, essa agroindústria representa a legitimidade das mulheres rurais na busca por alternativas de renda e de autonomia (FERREIRA et al., 2017).

Entretanto, percebe-se grande carência dos jovens no desenvolvimento das atividades agroindustriais familiares e estudos nessa temática. Dos 14 artigos selecionados para análise, somente dois mencionam a participação dos jovens, mas em níveis muito baixos de participação. Esses estudos apontam que os jovens estão cada vez mais migrando aos centros urbanos em busca de melhores condições de vida, emprego, renda e conhecimento (cursos de nível superior, especializações, entre outros). Os pais acabam ficando no meio rural e, muitas vezes, continuam "bancando" o filho até sua estabilização no meio urbano.

O estudo de Fernandes e Bamberg (2018), com quatro agroindústrias familiares do município de Cerro Largo/RS, ressalta a falta dos jovens nesses

empreendimentos, que, geralmente, são gerenciados somente pelos pais – os gestores das agroindústrias familiares se preocupam com a continuidade das atividades da agroindústria em um futuro próximo. Apenas uma das gestoras relatou a importância da ajuda das duas filhas para o desenvolvimento das atividades da agroindústria, das quais participam ativamente (FERNANDES; BAMBERG, 2018). Em estudos anteriores, esses fatos também foram mencionados por Marin e Trentin (2010), que relatam que a participação dos jovens é considerada baixa entre as agroindústrias entrevistadas e que predomina apenas o envolvimento do casal nas atividades.

4.3.3 Valorização das tradições e preservação de hábitos de consumo locais

Como é possível constatar pela maioria dos estudos analisados, a origem da agroindústria é constituída, muitas vezes, pela tradição do grupo familiar e por suas experiências e hábitos culturais, que passam de geração em geração. Segundo Fernandes e Bamberg (2018, p. 14), a tradição familiar se caracteriza "pela produção de alimentos identificados como produtos com história, pois se constituem e fazem parte de uma determinada cultura, sendo produzidos com matéria-prima de uma determinada região".

Assim, atividades desenvolvidas nas agroindústrias familiares desempenham um papel significativo na preservação de aspectos ligados a família, tradição e história. Esses atributos concedem à produção agroindustrial familiar um significado social, percebido desde a configuração do camponês tradicional (FERNANDES; BAMBERG, 2018). Esse significado social é articulado nos diferentes canais de comercialização, que "se destacam pelos laços de parentesco, amizade e confiança" e que configuram uma nova arquitetura aos mercados agroalimentares (NIEDERLE; WESZ JÚNIOR, 2009, p. 90).

4.3.4 Práticas sustentáveis

As contribuições das agroindústrias familiares ao meio ambiente se caracterizam por práticas mais sustentáveis de produção, pelo menor uso de produtos químicos na composição dos produtos e pelo aproveitamento dos resíduos subtraídos dos processos de processamento. Segundo os estudos de Bianchini, Arend e Karnopp (2017), a prática de aproveitamento de resíduos da agroindústria familiar é utilizada pela maioria dos agricultores entrevistados em sua pesquisa – esses resíduos são destinados à adubação de hortas e lavouras e, ao

mesmo tempo, são reutilizadas as embalagens de vidro (no caso das agroindústrias de sucos) e do óleo das frituras (no caso das agroindústrias de farináceos) para a produção de sabão caseiro.

Outras práticas podem ser vistas também nos estudos de Wesz Junior (2009), nas agroindústrias processadoras de cana-de-açúcar. Segundo o autor, os bagaços da cana e a vinhaça (resíduos do processamento da cana-de-açúcar para a produção de melados e derivados) são reutilizados pelos agricultores como suplementos na alimentação de animais e para a adubação das lavouras, reduzindo a utilização de adubos sintéticos.

Esse fato é igualmente observado pelo estudo de Niederle e Wesz Junior (2009), também com agroindústrias processadoras de cana-de-açúcar, que destacam que o bagaço da cana vai para a alimentação dos bovinos como suplemento alimentar durante o inverno, para a adubação da lavoura, principalmente dos próprios canaviais, dos quais é extraída a matéria-prima de hortas e pomares, e para a geração de energia renovável para aquecer a garapa (suco da cana).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de analisar as contribuições das agroindústrias familiares como uma estratégia utilizada por agricultores para a sua inserção em mercados agroalimentares, compreende-se que essas agroindústrias contribuem com a geração de renda às famílias, com a geração de empregos condicionados tanto pela ocupação familiar como pela contratação de mão de obra externa, com a diversificação de atividades da propriedade, entre outros, garantindo autonomia para as famílias diante das adversidades externas.

Os resultados demostraram, ainda, que a maioria das agroindústrias familiares é oriunda da herança familiar, passada de geração em geração, que comporta práticas e experiências já vivenciadas pelos agricultores no processamento artesanal de produtos produzidos na própria propriedade. Além disso, as agroindústrias familiares refletem o contexto empírico em que estão inseridas, caracterizado por aspectos econômicos, culturais, sociais e ambientais próprios; portanto, os resultados encontrados no estudo não podem ser generalizados à totalidade.

Uma das limitações do trabalho é que são poucos os estudos que relatam a importância ou a intervenção concreta do

Estado no desenvolvimento e incentivo às práticas agroindustriais familiares – sem desconsiderar a atuação das políticas públicas já criadas –, como capacitações quanto à gestão técnica, ao aperfeiçoamento tecnológico, o incentivo à sucessão, a práticas sustentáveis e agroecológicas, entre outros. Dos trabalhos analisados, apenas dois discutem a intervenção do Estado na efetivação das agroindústrias familiares, em que estão 25 das 106 agroindústrias familiares do Médio Alto Uruguai e 17 agroindústrias familiares de Campinas do Sul.

Outro aspecto preocupante é a falta de sucessão familiar nas agroindústrias familiares, que geralmente são geridas pelos pais. Esse aspecto impõe incertezas quanto à continuidade das atividades agroindustriais na propriedade em um futuro próximo. Assim, seria interessante enfatizar em próximos estudos aspectos que retratam as vulnerabilidades e as dificuldades encontradas pelas agroindústrias familiares que possivelmente contradizem o interesse do jovem em continuar nas atividades da agroindústria, bem como quanto a questões de gestão, práticas produtivas, acesso a mercados alternativos, inovações tecnológicas, entre outras. Além disso, a compreensão desses aspectos é importante para a formulação e para a criação de políticas e programas públicos mais concretos e alinhados com a realidade dos agricultores e suas agroindústrias.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGNE, C. L.; WAQUIL, P. D. Redes de proximidade: agricultores, instituições e consumidores na construção social dos mercados para os produtos das agroindústrias rurais familiares na região central do RS**. Redes**. Santa Cruz do Sul, v.16, n.1, p.149-171, jan./abr. 2011. DOI: http://dx.doi10.17058/redes.v16i1.1609.

BIANCHINI, G. N.; AREND, S. C.; KARNOPP, E. A formação das práticas nas agroindústrias familiares de pequeno porte de processamento artesanal da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS. **Anais do Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**. Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios, Santa Cruz do Sul, 13 a 15 de setembro de 2017.

BOLTER, J. A. G.; HAAS, J. M. A configuração do sistema agroalimentar brasileiro a partir das ações do estado. **Anais do Seminário Internacional sobre**

Desenvolvimento Regional. Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios, Santa Cruz do Sul, 13 a 15 de setembro de 2017.

BORRAS JÚNIOR, S. M.; FRANCO, J. C. Global Land Grabbing and Trajectories of Agrarian Change: A Preliminary Analysis. **Journal of Agrarian Change**, v. 12, n. 1, p. 34–59, Janeiro 2012.

BORTOLUZZI, D. L. **Agroindústria familiar rural e desenvolvimento econômico:** um estudo no Município de Doutor Maurício Cardoso/RS. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas (TCC), Curso de Ciências Econômicas, Faculdade de Horizontina. 2013. 91f.

BROSE, M. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas:** nove anos de experiência do projeto PRORENDA AGRICULTURA FAMILIAR no Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. 347p.

CASSUNDÉ, F. R. de S. A.; BARBOSA, M. A. C.; MENDONÇA, J. R. C. Entre revisões sistemáticas e bibliométricas: como tem sido mapeada a produção acadêmica em Administração no Brasil? **Informação & Informação**, Londrina, v. 23, n. 1, p. 311-334, 2018.

CHONCHOL, J. A soberania alimentar. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 55, p. 33-48, 2005.

DAMKE, L. I. et al. Agroindústria familiar gaúcha – perfil e políticas públicas. **Anais do VIII Simpósio Iberoamericano em comercio internacional, desenvolvimento e integração regional**, Universidade da Fronteira Sul, 2017.

DEPONT, C. M.; ALBARELLO, E. P. Perspectivas e gargalos das agroindústrias familiares do Norte Gaúcho frente à globalização mercadológica. **Perspectivas**, v. 38, n. 04, 2017.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL – EMATER/RS. **Agroindústria Familiar.** Porto Alegre, 2019. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/agregacao-de-valor/agroindustria-familiar.php#.XNIffhRKjIU>. Acesso em: 09 mai. 2019.

ESTEVAM, D. de O.; RONÇANI, L. D. Segurança alimentar e consumismo na contemporaneidade: a agricultura familiar como resposta aos desafios para uma alimentação saudável. **VII Jornadas de Sociología de la Universidad Nacional de La Plata**, 5 a 7 de dezembro de 2012, La Plata, Argentina. Disponível em: < http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/library?a=d&c=eventos&d=Jev1883>. Acesso em: 05 jul. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA - FAO. The future of food and agriculture: Trends and challenges. **Annual Report**, Roma, 2017. 224 p.

FERNANDES, D. M. M.; ENGEL, B. S. Agroindústrias familiares rurais: vantagens e desvantagens da legalização. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 3, p.183-214, set./dez. 2016. DOI: 10.17058/redes.v21i3.6904.

FERNANDES, D. M. M.; BAMBERG, J. As agroindústrias familiares como um fator de fortalecimento dos agricultores no campo em Cerro Largo/RS. **Anais do Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional**, v. 1, n. 1, 2018.

FERREIRA, A. C. C. et al. Agroindústrias rurais familiares em Cachoeira do Sul–RS: possibilidades e desafios para o desenvolvimento rural. **Anais do Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional.** Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios, Santa Cruz do Sul, 13 a 15 de setembro de 2017.

FOGUESATTO, C. R.; MACHADO, J. A. D. O processo decisório na criação de unidades que agregam valor à produção: as agroindústrias familiares. **Desenvolvimento em Questão.** v. 15, n. 39, p. 301-319, 2017.

GAZOLLA, M.; PELEGRINI, M. As experiências familiares de agroindustrialização: uma estratégia de produção de novidades e de valor agregado. **Ensaios FEE**, v.32, n.2, p.361-388, Porto Alegre, nov. 2011.

_____. Agroindustrialization as a strategy of social reproduction of the family farm. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 4, 2008.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa.** 1. Ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 120 p.

GNOATTO, A. A. et al. Pluriatividade, agroindústria e agricultura familiar. In: XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. **Anais...** Cuiabá, Mato Grosso, v.1, 2004. Disponível em:<www.sober.org.br/palestra/12/09P445.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2019.

GOMES, E. J. ; SCHMIDT, C. E. F. A Importância das Redes Cooperativas de Agroindústrias Familiares para a Permanência dos Jovens no Meio Rural. **Reflexão Cooperativista**, n.3, p.77-82, Porto Alegre, 2014.

GOMES, K. B. et al. Agroindústria familiar e a construção de mercados autônomos na Perspectiva Orientada ao Ator: o caso do Município de São Lourenço do Sul/RS-Brasil. **Agropampa: Revista de Gestão do Agronegócio**, v. 2, n. 2, p. 159-176, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006:** Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 777 p.

LOUZADA, M. L. da C. et al. Ultra-processed foods and the nutritional dietary profile in Brazil. **Revista de Saúde Pública**, v. 49, 2015. DOI: https://doi.org/10.1590/S0034-8910.2015049006132

MACHADO, P. P.; OLIVEIRA, N. R. F. de; MENDES, Á. N. O indigesto sistema do alimento mercadoria. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 505-515, 2016. DOI.: 10.1590/S0104-12902016151741

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaios FEE**, v.25, n.1, p.299-322, Porto Alegre, abr. 2004.

MARIN, M. Z.; TRENTIN, C. E. G. Desenvolvimento rural: análise das agroindústrias familiares de Campinas do Sul-RS. **Perspectiva**, v. 34, n. 127, 2010.

MATEI, A. P.; SILVA, L. X. da. Inovação, Agroindústrias Familiares e Sistemas Agroalimentares Locais na Serra Gaúcha. Revista **IDeAS**, v. 9, n. 2, p. 8-44, 2015.

MEIRELLES, L. Soberania Alimentar, agroecologia e mercados locais. **Revista Agriculturas:** experiências em agroecologia, v. 1, p. 11-14, 2004.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

MONTEIRO, C. A. et al. Ultra-processed products are becoming dominant in the global food system. **Obesity Reviews**, Londres, v. 14, n. 2, p. 21-28, 2013. DOI: 10.1111/obr.12107.

NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, V. J. A agroindústria familiar na região Missões: construção de autonomia e diversificação dos meios de vida. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 3, p.75–102, set./dez. 2009. DOI: http://dx.doi.org/10.17058/redes.v14i3.566

PREZZOTO, L. L. **Agroindústria da agricultura familiar:** regularização e acesso ao mercado. Brasília: CONTAG, 2016. 60 p.

_____. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, n. 31, p. 133-153, 2002. Disponível em: < https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/viewFile/25195/22152>. Acesso em: 25 jun. 2019.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, A. **Metodologia da pesquisa científica:** como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2009.

REIS, E. A.; REIS I. A. **Análise Descritiva de Dados.** Relatório Técnico, Departamento de Estatística, Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Ciências Exatas. Ed. 1, 2002.

RIBEIRO, H.; JAIME, P. C.; VENTURA, D. Alimentação e sustentabilidade. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, p. 185-198, 2017.

SAATH, K. C. de O.; FACHINELLO, A. L. Crescimento da Demanda Mundial de Alimentos e Restrições do Fator Terra no Brasil. **Revista Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 56, n. 2, p. 195-212, 2018.

SAUER, S.; LEITE, S. P. Agrarian structure, foreign investment in land, and land prices in Brazil. **The Journal of Peasant Studies.** Londres, vol. 39 (3-4), p. 873-898, 2012.

SECRETARIA ESTADUAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO (SDR). **Relação de Agroindústrias Inclusas no Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF).** Departamento de Agricultura Familiar e a Agroindústria (DACA). Porto Alegre, Out. 2018. Disponível em: <https://www.sdr.rs.gov.br/programa-estadual-de-agricultura-familiar>. Acesso em: 07 mai. 2019.

SULZBACHER, A. W.; DAVID, C. de. Agroindústria familiar rural: uma estratégia para melhorar a qualidade de vida no espaço rural. **Geosul**, v. 24, n. 47, p. 69-90, 2009.

WAQUIL, P. D. et al. O perfil da agroindústria rural no Brasil: uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário 2006. In: SCHNEIDER; S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. (Org.). **Aspectos Multidimensionais da Agricultura Brasileira:** diferentes visões do Censo Agropecuário 2006. 1 ed. Brasília: IPEA, 2014, p. 183-210.

WESZ JUNIOR, V. J. Agroindústria familiar: um mecanismo de estímulo à especialização das atividades na propriedade rural? **Mundo Agrario**, v. 9, n. 18, 2009.

WESZ JUNIOR, V. J.; TRENTIN, I. C. L.; FILIPPI, E. E. Os reflexos das agroindústrias familiares para o desenvolvimento das áreas rurais no Sul do Brasil. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 6, n. 63, p. 59-85, Bogotá, 2009.